



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11401 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 09 -Trabalho e Educação, Ensino Médio e Ed. Técnica e Tecnológica

**O TRABALHO DOCENTE EM TEMPO DE PANDEMIA DE COVID-19: AS
CONDIÇÕES LABORAIS DE PROFESSORES NO ENSINO REMOTO**
Paulo Rodrigues Pantoja Junior - UNIFAP - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

**O TRABALHO DOCENTE EM TEMPO DE PANDEMIA DE COVID-19: AS
CONDIÇÕES LABORAIS DE PROFESSORES NO ENSINO REMOTO**

Introdução

O presente texto tem como temática o trabalho docente e objetiva analisar as condições de trabalho, em tempos de pandemia da COVID-19, com foco no exercício profissional de professoras e de professores da Educação Básica brasileira entre os anos de 2020 a 2022, tendo como pano de fundo as normativas educacionais implementadas neste período. Vale apontar, que é um estudo em andamento, fruto de pesquisas desenvolvidas no âmbito de programa de pós-graduação stricto sensu, cujo alguns resultados já podem ser socializados e debatidos com a comunidade em geral.

Sob à luz do método dialético, da pesquisa qualitativa e da revisão de literatura, a pesquisa - no geral e o trabalho aqui exposto - pretende contribuir com a produção científica do país, onde o estudo da temática aqui abordada carece de maior amadurecimento. Ademais, a pesquisa ajuda a ampliar o conhecimento já acumulado nacionalmente sobre as políticas educacionais, o mundo do trabalho, a pandemia de COVID-19 e seus reflexos no exercício profissional de docentes em território brasileiro.

Problemática

Com o surgimento e a propagação do novo coronavírus (SARS-CoV-2) pelo mundo provocou-se em diversos países - dentre eles o Brasil - desafios jamais vistos na história da humanidade. No tocante à Educação, Magalhães (2021, p. 35) aponta, que um estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

(Unesco) evidencia, que a suspensão do atendimento escolar chegou a atingir 1,37 bilhão de estudantes, o que corresponde a 80% dos alunos de escolas públicas e privadas em todo o mundo. Almeida, Carvalho e Pasini (2020) frisam, que da educação infantil até as universidades as atividades escolares presenciais foram suspensas, o que atingiu milhões de estudantes em todo o Brasil.

Magalhães (2021) analisa as medidas adotadas pelos governos federal, estaduais e municipais para conduzir a educação e o trabalho docente em tempos de pandemia de COVID-19. Para ele as pesquisas realizadas pelo Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) e pelo instituto Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), diagnosticaram, tanto a demora na implementação das estratégias, como também, diferenças significativas nas ações realizadas “[...] nos municípios prevaleciam as orientações genéricas aos pais e o envio de materiais digitais, nos estados houve larga utilização de videoaulas via redes sociais e uso de plataformas digitais de aprendizagem” (MAGALHÃES, 2021, p. 36).

Por sua vez, o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), adotou, de acordo com Magalhães (2021, p. 36), “uma postura que oscilou entre a negação de qualquer protagonismo e a omissão quanto ao seu papel na coordenação de uma política nacional de educação adequada ao momento de excepcionalidade que experimentamos com a pandemia”. Para Frigotto (2021), no país optou-se por um modelo de educação fruto de orientações de organismos internacionais como o Banco Mundial (BM), que representa os grandes interesses do capital. Para este “o BM, assim que a pandemia se mostrou uma guerra longa [...] deu a senha de que a gestão digital e o ensino por meio remoto vieram para ficar. [...] nos meios de comunicação e nos institutos privados que vendem pacotes de ensino é “ensino híbrido” (FRIGOTTO, 2021, p. 74).

No Brasil, as primeiras orientações, quanto ao trabalho docente na Educação Básica ficaram na responsabilidade do Estado - representado por suas diferentes unidades federativas e seus, respectivos órgãos -. Cabe destacar, que foram sistematizados diferentes atos normativos se apresentam das mais diversas formas, como, por exemplo: Decreto Legislativo, Medida Provisória, Lei Federal, Portaria Ministerial, Pareceres e Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), Decretos Municipais e Estaduais, dentre outros. Apresenta-se, em forma de quadro, algumas das normativas supramencionadas:

Quadro 1: Atos normativos publicados no período de pandemia e instituições produtoras

DOCUMENTOS	INSTITUIÇÃO PRODUTORA
Medida Provisória nº 934, de 1 de abril de 2020.	Governo Federal (Presidência da República Federativa do Brasil)
Lei Federal nº 14.040, de 18 de agosto de 2020.	Congresso Nacional
Portaria nº 376, de 3 de abril de 2020.	Ministério da Educação (MEC)

Parecer nº 5, de 28 de abril de 2020	Conselho Nacional de Educação (CNE)
Parecer nº 6, de 19 de maio de 2020.	Conselho Nacional de Educação (CNE)
Parecer nº 9, de 8 de junho de 2020.	Conselho Nacional de Educação (CNE)
Parecer nº 11, de 7 de junho de 2020	Conselho Nacional de Educação (CNE)
Parecer nº 15, de 6 de outubro de 2020	Conselho Nacional de Educação (CNE)
Parecer nº 16, de 9 de outubro de 2020	Conselho Nacional de Educação (CNE)
Parecer nº 19, de 8 de dezembro de 2020	Conselho Nacional de Educação (CNE)
Resolução nº 2, de 10 de dezembro de 2020	Conselho Nacional de Educação (CNE)
Parecer nº 6, de 6 de julho de 2021	Conselho Nacional de Educação (CNE)
Resolução nº 2, de 5 de agosto de 2021	Conselho Nacional de Educação (CNE)

Fonte: Elaborado pelo autor com base em buscas em sites oficiais como: <http://portal.mec.gov.br/> e <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao>.

As normativas supracitadas congregam informações e orientações dos mais diversos tipos, por exemplo: suspensão das aulas presenciais, estabelecimento de normas educacionais excepcionais a serem cumpridas no período de pandemia, reorganização do calendário letivo, “cumprimento da carga horária escolar [...] a desobrigação do mínimo de dias letivos, a reposição da carga horária após o período de pandemia [...] para a integralização e reposição da carga horária” (MAGALHÃES, 2021, P. 37), normas de retorno das atividades letivas presenciais, dentre outras, que conduziram e conduzem as atividades laborais docentes em plena pandemia de COVID-19. Diante da conjuntura exposta, foi elaborado o seguinte problema: como as políticas públicas educacionais, executadas em período de pandemia de COVID-19, alteraram as condições de trabalho docente na Educação Básica?

Método

A base epistemológica que fundamenta este trabalho é o Método do Materialismo Histórico e Dialético (MHD), pois contribui de forma decisiva para compreender e analisar criticamente o trabalho docente configurado no bojo das políticas públicas educacionais, que por sua vez, estão inseridas em um contexto de múltiplas relações e determinações, marcadas pela luta de classes e pela disputa em torno da hegemonia em toda as esferas da vida humana. Para Frigotto (2000), o MHD é entendido como sendo aquele que permite a apreensão da realidade e, que através da *práxis* unifica teoria e prática na busca da transformação do conhecimento e da realidade social, sendo assim relevante política, ideológica e teoricamente.

Este trabalho apoia-se, também, na abordagem da pesquisa qualitativa por entender que esta tem condições de satisfazer os interesses da investigação em curso e se alinhar ao método marxista. Tal abordagem se faz como fundamental, visto que, o materialismo histórico e dialético “empregado em pesquisa qualitativa, é um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade, pois considera que os fatos não podem ser relevados fora

de um contexto social, político, econômico etc.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 34).

O levantamento teórico, documental e a revisão de literatura têm sido constituídos no decorrer da pesquisa. Inicialmente, foram sendo reunidos textos para a compreensão e a análise das relações entre trabalho e educação, entre políticas educacionais e trabalho docente e entre o trabalho de professoras e de professores e o contexto de pandemia de COVID-19. Dentre os referenciais teóricos, previamente, selecionados estão as produções, por exemplo, de Frigotto (2021), Magalhaes (2021), Silva (2021), Lamosa (2021), além de outros autores (as).

Foram efetuadas, também, buscas nos seguintes bancos de dados: periódicos CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e Google Acadêmico levando em conta os descritores condizentes com a temática supramencionada e com o recorte temporal do ano de 2020 a 2022. Aponto, que os descritores usados foram: políticas educacionais e trabalho docente, contexto de pandemia de COVID-19 e trabalho docente, ensino remoto e trabalho docente, intensificação do trabalho docente, condições de trabalho docente, precarização do trabalho docente e adoecimento docente na pandemia de COVID-19.

No refinamento da busca foram usados os seguintes critérios de inclusão: o período de publicação (2020 a 2022), resumos e artigos em língua portuguesa, revistas científicas e periódicos. Como critérios de exclusão foram levados em conta, por exemplo: textos em língua estrangeira, produções repetidas e as que não estavam disponíveis para baixar nas plataformas de busca. É salutar dizer, que nem todas as produções encontradas estão citadas neste trabalho, mas, apenas parte delas, cuja importância se apresenta para este momento.

Discussão e Resultados

Percebe-se, que foi produzido, especialmente, nos anos de 2020 e 2021, um leque de documentos normativos, que reverberaram/reverberam nos Sistemas de Ensino de estados e municípios brasileiros. É neste contexto, que se considera importante analisar, criticamente, a produção normativa advinda das instituições produtoras, supramencionadas, visto que, as mesmas fazem parte de uma conjuntura que se desenvolve no movimento histórico das relações sociais, são permeadas pelas intenções e interações humanas – em geral, contraditórias -, em ambientes (locais e globais), que se manifestam como espaços de permanente disputa e, onde, também, homens e mulheres participam decidindo os rumos das políticas públicas na sociedade atual marcada pelos interesses do grande capital. Ressalta-se que os professores foram alijados das decisões em torno das estratégias adotadas para a manutenção do ensino em tempos de pandemia de COVID-19, o que vem na esteira do "progressivo processo de precarização, desqualificação e desprofissionalização do trabalho docente" (MAGALHÃES, 2021, p. 32).

Os estudos de Lamosa (2021), relativos à educação e ao trabalho docente apontam, que a Coalizão Global de Educação (CGE), criada pela Unesco em parceria com diversas

organizações ligadas aos interesses de mercado como: Banco Mundial, Microsoft, Google, Facebook e Telefônica Foundation, entre outras organizações, tem conduzido a produção das normativas referentes a educação, no geral e ao trabalho docente em particular. Para este autor “a CGE se tornou a principal agência mobilizadora e difusora do ajuste realizado mundialmente na educação no período da pandemia” (LAMOSA, 2021, p. 104). Ele argumenta, que sob orientação da CGE foram criados comitês locais ao redor do mundo para sistematizar e adequar as orientações daí advindas. No Brasil, “o comitê é liderado pelo movimento empresarial Todos Pela Educação (TPE) em articulação com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e o Conselho Nacional de Educação (CNE)” (LAMOSA, 2021, p. 105).

Frigotto (2021) ressalta, que o trabalho das professoras e dos professores, visto no contexto de uma abordagem de análise histórica, traz implícito o entendimento sobre a desigualdade social e que a realidade humana é produzida no bojo das relações de dominação da classe dominante em relação as demais. Assim sendo, cabe a escola e ao trabalho docente ensinar e educar para a superação das relações de classe. Ele aponta, que o trabalho docente “tem suas raízes na forma que assumem as relações sociais capitalistas frente às contradições e crises que lhes são inerentes e às ideias que buscam legitimá-las. No atual contexto histórico, essas ideias se expressam pela doutrina neoliberal ou neoconservadora” (FRIGOTTO, 2021, p. 73). Frigotto (2021) diz, que o Movimento Todos pela Educação e o Movimento Escola Sem Partido são a manifestação de classes para a mercantilização do ensino público e para o controle ideológico sobre o trabalho docente.

Magalhães (2021) ressalta, que os docentes têm acumulado funções, tiveram sua jornada e carga horária aumentada, sofrem constantes vigilâncias por parte das plataformas digitais, exercem suas funções com o mínimo das condições, sofreram com os custos, pois tiveram que arcar com as despesas de internet e formação tecnológica, foram alvos de discursos imbuídos de preconceitos de que não estão preparados para o uso das ferramentas tecnológicas, etc. Tais efeitos, intensificaram e ampliaram para a categoria das professoras e dos professores brasileiros a precarização de seus trabalhos, o que veio a somar ao processo de “desqualificação e desprofissionalização [...], na perda da autoridade pedagógica, na exclusão dos professores das decisões sobre a política educacional, na ausência de processos de formação continuada adequados aos novos tempos [...]” (MAGALHÃES, 2021, p. 42).

A situação das professoras e dos professores não é diferente de outros segmentos profissionais, que estão vivenciando privações econômicas severas neste momento da pandemia. “E, se antes mesmo do isolamento social já estava em curso a precarização acentuada do trabalho dos professores, agora, durante a pandemia, isso se agrava fortemente” (SILVA, 2021, p. 87). Para Frigotto (2021), outras implicações são acrescentadas a precariedade imposta ao trabalho docente, como: perda da autonomia, controle ideológico [...], sobrecarga de trabalho, aumento dos custos, com gastos em internet, energia, dentre outros. Para este, os docentes ao fazerem “da sala de jantar a sala de aula, significa, além de misturar o mundo privado da família ao que é dever do Estado, aliviar para este último custos

de internet, luz, água, transporte etc.” (FRIGOTTO, 2021, p. 74).

No tocante ao enfrentamento da precarização do trabalho docente, Magalhães (2021, p. 62) aponta a importância da/do docente assumir a “dimensão intelectual e crítica de sua profissionalidade”, o que exige o reconhecimento das “conformações ideológicas em disputa na sociedade, se posicionar em relação a elas, assumindo o lado da história que orientará sua ação e reflexão político-pedagógica em função da legitimação de determinados interesses econômicos, sociais e políticos”. Frigotto (2021) sugere, que para “barrar o que se anuncia pós-pandemia e barrar os estragos na educação já efetivados [...] só a organização e a luta do professorado, especialistas, técnicos e com forte vínculo com os pais, sindicatos, movimentos sociais e culturais, partidos políticos e esferas do poder judiciário” (FRIGOTTO, 2021, p. 75). Este ressalta, que “certamente, o potencial de uma formação na perspectiva do materialismo é de permitir ao professor entender a direção da luta e que a mesma só tem força quando é coletiva e organizada [...]. Luta que tem em seu horizonte a superação das relações sociais capitalistas”. (FRIGOTTO, 2021, p. 80-81).

Souza et al. (2021, p. 149) chamam a atenção para o fato de que o trabalho docente “em situação de trabalho remoto ou teletrabalho configura-se por exploração, antagonismos e conflitos. Daí decorre que os trabalhadores venham a desenvolver formas de resistência contra sua própria condição, tanto na rotina do cotidiano, como nas ações coletivas da classe docente”. Para estes, os professores fazem parte da linha de frente das ações educativas em contexto pandêmico e estão “sofrendo as consequências da nova e precarizada modalidade de trabalho, com efeitos à saúde ainda por serem conhecidos, mas com resistências, individuais, grupais e coletivas bem representadas, simbolicamente” (SOUZA ET AL., 2021, p. 150).

Conclusões

Por fim, destaca-se que esta pesquisa vem apontando a articulação existente entre a política educacional desenvolvida nas esferas administrativas e seu imbricamento às orientações advindas de Organismos Internacionais (OIs), em favor dos interesses do grande capital. Reside aqui, o esforço de elucidar as formas como as políticas públicas educacionais direcionaram/direcionam o trabalho docente em contexto de pandemia de COVID-19, visando resguardar os interesses hegemônicos da classe burguesa.

No tocante ao trabalho docente, percebe-se que as condições de trabalho se alteraram a ponto de reforçar uma tendência global de precarização e, conseqüentemente, de adoecimento de professoras e de professores - o que demanda novas pesquisas -. O estudo permite ampliar nossa percepção e entendimento do surgimento de novos contornos na atuação docente a partir da pandemia de COVID-19 e do ensino remoto, sendo que o que foi apresentado neste resumo expandido é apenas parte dos resultados dos estudos ainda por serem concluídos.

Palavras-chave: Trabalho docente, Políticas educacionais, Ensino remoto, Educação Básica, COVID-19.

Referências:

ALMEIDA, Lucy Hellen Coutinho; CARVALHO, Élvio de; PASINI, Carlos Giovanni Delevati. **A educação híbrida em tempos de pandemia**: algumas considerações. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discussao-09-Educacao-Hibrida-em-Tempos-de-Pandemia.pdf>>. Acesso em: 27 de abr. 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Entrevista com Gaudêncio Frigotto. In: AFFONSO, Cláudia; FERNANDES, Claudio; FRIGOTTO, Gaudêncio; MAGALHÃES, Jonas; MOREIRA, Valéria; NEPOMUCENO, Vera (orgs.). **Trabalho docente sob fogo cruzado**. 1 ed. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021. p. 70-83.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2000.

LAMOSA, Rodrigo. O trabalho docente no período da pandemia: ataques, lutas e resistências. In: AFFONSO, Cláudia; FERNANDES, Claudio; FRIGOTTO, Gaudêncio; MAGALHÃES, Jonas; MOREIRA, Valéria; NEPOMUCENO, Vera (orgs.). **Trabalho docente sob fogo cruzado**. 1 ed. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021. p. 104-117.

MAGALHÃES, Jonas Emanuel Pinto. Consciência socioprofissional e docência: a dimensão ético-política do trabalho docente no contexto da pandemia. In: AFFONSO, Cláudia; FERNANDES, Claudio; FRIGOTTO, Gaudêncio; MAGALHÃES, Jonas; MOREIRA, Valéria; NEPOMUCENO, Vera (orgs.). **Trabalho docente sob fogo cruzado**. 1 ed. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021. p. 31-68.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SILVA, Amanda Moreira da. O precariado professoral e tempos da pandemia da COVID-19: a perda dos postos de trabalho e a eliminação de direitos. In: AFFONSO, Cláudia; FERNANDES, Claudio; FRIGOTTO, Gaudêncio; MAGALHÃES, Jonas; MOREIRA, Valéria; NEPOMUCENO, Vera (orgs.). **Trabalho docente sob fogo cruzado**. 1 ed. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021. p. 84-103.

SOUZA, Kátia Reis de et al. Trabalho remoto, saúde docente e resistências coletivas em contexto pandêmico: a experiência de docentes da rede particular de educação. In:

AFFONSO, Cláudia; FERNANDES, Claudio; FRIGOTTO, Gaudêncio; MAGALHÃES, Jonas; MOREIRA, Valéria; NEPOMUCENO, Vera (orgs.). **Trabalho docente sob fogo cruzado**. 1 ed. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021. p. 135-155.